

**Redescobrir quem sou para reinventar quem posso ser:  
um ensaio à volta dos processos RVCC**

António Fragoso, Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve

**1. Introdução:**

O tema cidadania e educação, tratado neste número da revista, é quase inesgotável na multiplicidade de sub-temas e perspectivas que pode albergar. A minha pequeníssima contribuição não pode ser vista como um texto académico tradicional, tanto na forma como nos conteúdos. Pretendo tão-somente centrar-me no processo RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) para elaborar um ensaio que possa, eventualmente, realçar algumas das suas muitas ligações com aspectos básicos da cidadania, correndo alguns riscos que advêm, em primeiro lugar, da sua história recente. Nunca será de mais lembrar que a origem desta oferta educativa remonta à constituição de uma equipa diversa de peritos, reunidos por Alberto Melo a convite de Ana Benavente – equipa essa que durante cerca de dois anos (1995-97) pensou no que poderia ser o futuro das políticas da educação e formação dos adultos em Portugal. A ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, hoje extinta), uma das consequências lógicas do trabalho dessa equipa, foi a instituição que ainda em fase de instalação se encarregou de lançar o processo RVCC. Nesta tarefa que levou – e bem – a cabo, acabou por ser substituída, mais recentemente, pela Direcção Geral de Formação Vocacional (DGFV).

Falar sobre um processo recente é sempre uma tarefa ingrata, sobretudo porque o ritmo da investigação nem sempre é capaz de acompanhar as mudanças diversas que os processos vão sofrendo, mesmo se descontarmos as naturais diferenças entre as práticas reais levadas a cabo pelo distintos centros, existentes de norte a sul de Portugal. Por outro lado, continua a surpreender-me que um processo tão recente tenha já passado por tantas transformações, mesmo se as flutuações que são imprimidas por mudanças políticas a muitos processos educativos são já usuais. Embora alguns tenham a opinião de que o processo RVCC é, no essencial, igual nas orientações que lhe foram dadas pela ANEFA e nas mais recentes orientações da DGFV, a verdade é que quem trabalha no terreno não tem geralmente esta opinião. Aliás, pequenos detalhes podem fazer a diferença. Por exemplo, no tempo da ANEFA existia uma estrutura regional de acompanhamento dos Centros, quer na sua difícil fase de implementação, quer nas fases posteriores. Hoje essa estrutura não existe ou é feita mais à distância. No tempo da ANEFA não eram exigidas quaisquer metas quantitativas. Hoje (quem sabe amanhã...), os centros que não queiram correr riscos de cortes de financiamento

terão que ter, anualmente, 1000 inscritos, 700 pessoas em processo e 300 certificados. Ora quem está perto das equipas dos centros conhece bem os efeitos que isto provoca: na estabilidade / instabilidade das equipas; nas orientações específicas do processo, no seu faseamento e nos instrumentos metodológicos que se usam; ou na qualidade dos portfolios apresentados a júri. Concordemos ou não com as metas quantitativas, a sua existência como algo de inexorável faz correr um risco principal: a transformação de um processo educativo com adultos, rico e diverso nas suas formas e centrado no processo, num outro de certificação «*a la carte*», centrado num produto que se quer obter para mostrar, independentemente da eficácia do processo ou das transformações positivas que deveria acarretar para as pessoas. Resumindo, um ano num centro RVCC pode significar um ano de constantes mudanças no processo, um ano de uma busca incessante das equipas para encontrar a sua fórmula-base de funcionamento, um ano para pensar em que medida o cumprimento das metas quantitativas compromete um verdadeiro processo de educação de adultos. Com este grande dinamismo, reafirmo, não é tarefa fácil, hoje em dia, escrever sobre os centros RVCC.

O ensaio que se segue beneficia da minha experiência enquanto avaliador externo dos centros RVCC da região Algarvia a partir de 2003, altura em que os meus serviços foram «requisitados» pelo Centro RVCC da Serra do Caldeirão, promovido pela associação In Loco. Em 2005 entendi que não deveria renovar a minha acreditação, posto que estarei a partir de Janeiro de 2006 – assim o espero – a coordenar o Centro RVCC de Lagoa.

Para aqueles que pouco ou nada sabem sobre esta oferta pública, nos centros RVCC podem-se inscrever todos os adultos com mais de 18 anos que não tenham cumprido a escolaridades obrigatória. Os adultos iniciam o processo contando com a ajuda dos Profissionais, que começam por realizar um balanço das competências, muitas vezes utilizando metodologias aproximadas às entrevistas biográficas. O objectivo é conhecer a fundo que competências trazem os adultos, independentemente do contexto de vida que as tenha gerado, para que se apercebam como se posicionam face ao referencial de competências-chave, nas quatro áreas que o compõem: matemática para a vida, cidadania e empregabilidade, linguagem e comunicação, tecnologias de informação e comunicação. Algumas lacunas pouco significativas podem ser resolvidas quando os profissionais encaminham os adultos para a formação complementar que o próprio centro oferece. Lacunas mais relevantes têm sido resolvidas com o recurso a outras ofertas formativas externas, como é o caso das Acções Saber Mais. Qualquer que seja o caso, os adultos terão que evidenciar as competências que têm (ou, se quisermos, as competências constantes do referencial...) através da elaboração de um portfolio e, quando este estiver concluído, passarão por um júri de

validação – que para além do profissional que acompanhou o adulto em todo o processo e dos formadores, integra ainda um avaliador externo. De forma muitíssimo breve, este é um resumo de algumas das fases estruturantes do processo.

De seguida, proponho-me realçar alguns pontos que acho interessantes no processo, pelas suas relações óbvias com algumas dimensões que fazem das pessoas cidadãos de direito.

## **2. Redescobrir quem sou...**

O primeiro ponto acerca do qual gostaria de tecer algumas considerações é justamente o pressuposto central do processo RVCC. Talvez alguns números ajudem a ilustrá-lo. De facto, quando consideramos a população activa portuguesa, vemos que cerca de 3 milhões dos nossos concidadãos que se encontram a trabalhar não têm a escolaridade obrigatória e, mais importante, desses, 19% trabalham em quadros de empresas, o que nos leva a pensar que exercem funções de uma relativa responsabilidade. O que daqui se infere é simples: que não há, na sociedade portuguesa, uma relação estreita entre as competências que as pessoas ganharam ao longo do seu percurso de vida e o nível de escolaridade que apresentam. Dito de outra forma, não foi na escola onde muitos cidadãos portugueses aprenderam aquilo que lhes permite exercer as suas funções profissionais.

Longe de querer com esta afirmação voltar a velhas dicotomias entre a educação formal, não-formal e informal, longe de querer com isto relembrar os fracassos que, no fundo, não se limitam à esfera do escolar, quero sim chamar a atenção para outro ponto. Se este raciocínio é válido, então a possibilidade de que alguém obtenha uma certificação escolar através da avaliação das competências que ganhou em todos os contextos de vida onde esteve inserido, deixa de ser uma tarefa secundária para converter-se numa outra, mais estrutural: é uma questão de *justiça social*, que repõe a verdade no jogo da vida quotidiana. É ainda reconhecer outras pequenas questões que para alguns serão menosprezáveis, para outros nem tanto: primeiro, que o conceito de competência, já afastado de versões mais estreitas que o vinculam apenas ao mundo do trabalho, é o instrumento principal através do qual podemos operacionalizar esta justiça social. Segundo, que a escola não é o único veículo do saber, do conhecimento, etc. Não é, definitivamente, o único contexto que produz competências válidas para a vida moderna e para a vida dos cidadãos. E hoje, mais do que nunca, é importante reconhecer que esta hegemonia já não existe, embora alguns teimem em agarrar-se a um passado que para outros é remoto.

O segundo ponto geral a sublinhar neste tema parece também simples, tão simples quanto complexas as suas consequências: a utilização de abordagens biográficas transforma o

processo RVCC em algo com enormes potencialidades e com poderes que se transferem às vidas das pessoas. Evidentemente, se queremos fazer um balanço de competências de um adulto devemos utilizar metodologias biográficas. Quem as conhece ou praticou, quem fez investigação neste sentido, etc., sabe bem pelo menos uma coisa: que as abordagens biográficas têm um enorme poder de mudança sobre os próprios actores sociais – não fosse assim e o tema não colocaria os investigadores, por vezes, em situações delicadas. Evocar o passado, reavê-lo, recuperá-lo, equivale a ter o enorme poder de reconstruir a memória. E reconstruir uma memória, seja em termos individuais ou colectivos, é uma tarefa imensamente importante, porque nessa actividade redescobrimos novos significados, novos sentidos, quer para as nossas próprias acções quer para os impactos que as ditas acções, acontecimentos ou fenómenos tiveram para as nossas vidas. Muitas pessoas que fazem este processo RVCC passaram toda a sua vida menosprezando-se, submissas ou oprimidas em termos Freirianos, tendo uma imagem quase miserabilista da sua importância social e da sua posição no mundo. Enveredar pelas abordagens biográficas é, assim, ganhar a possibilidade de recuperar e reconstruir a nossa própria história, de conhecer o nosso lugar no mundo, de valorizar percursos de vida por vezes duríssimos, enfim de reconhecer, de forma explícita, que o que somos e o que valemos não é função da nossa classe social, do rendimento que temos ao fim do mês, do nível cultural ou das condições quase a-históricas que fomos obrigados a suportar por vicissitudes múltiplas.

Desta forma, não é de estranhar que muitos dos adultos que passam pelos nossos centros RVCC saiam de lá com uma percepção totalmente diferente das suas vidas e sobretudo do seu significado social, com uma auto-confiança e uma auto-estima totalmente renovadas. Em muitos casos, a experiência de passar por um processo RVCC é uma experiência da redescoberta do ser. Todos os profissionais, formadores ou mesmo avaliadores externos vos poderão contar exemplos bem claros desta afirmação. Esta parece ser, assim, uma contribuição fundamental para a vivência da cidadania dos adultos.

### **3. Reinventar quem posso ser...**

O primeiro desafio complicado que se depara a um adulto que se inscreva num centro RVCC é o seguinte: a mudança radical em relação a um paradigma (a escola) no qual foi socializado ao longo da sua vida. A confusão é sempre muita, dado que os adultos entram para um centro – muitas vezes dizendo «venho para cá tirar o 9º ano» – que apesar de certificar formalmente não funciona como se estava à espera. Num centro não há professores, mas sim profissionais ou formadores; não há aulas, mas sim sessões de trabalho colectivas e

atendimentos individuais; não há testes, mas sim formas distintas de evidenciar competências; não há horários obrigatórios, mas sim horas de trabalho flexíveis que se coadunam com os próprios ritmos e exigências profissionais do adulto; não há exames, mas sim um júri de validação com formatos variáveis (conforme os centros), mas onde geralmente não se fazem inquirições cerradas, preferindo-se outros métodos mais humanizantes para despistar as dúvidas que ainda subsistam, no que respeita às evidências de algumas competências.

A experiência diz-nos que quando os adultos forem capazes de empreender esta mudança de paradigma, tudo se torna fácil; e que enquanto não forem capazes de o fazer, vão sofrer de uma natural desorientação, a desorientação própria de quem é forçado à mudança, com todas as consequências de ter de abandonar estruturas, normas e valores que até aí fizeram parte do ser e do funcionamento normal das pessoas. Mas se esta questão é relativamente óbvia, gostaria de chamar a atenção para um ponto que me parece fulcral: é que tudo isto depende, talvez em primeiro lugar, da linguagem e de uma nova semântica de que os adultos se terão que apropriar. Lembro-me de um centro alentejano que instaurou muitas (revertíveis, claro está, para um jantar final colectivo) para os adultos que dissessem determinados termos como professor, aulas, escola, etc. E esta mudança de linguagem, que transporta consigo uma nova forma de pensar e de agir, parece ser fundamental para que os adultos possam operar a revolução paradigmática que deles se espera.

É através deste primeiro desafio que os adultos poderão começar a reinventar quem são. Mas há um aspecto importante que tem sido realçado já por várias pessoas e que certamente ajuda neste caminho. Num processo RVCC são valorizadas uma série de profissões de baixo estatuto social, que frequentemente são consideradas menores e sem importância – com as óbvias consequências de transferirem essa «menoridade» para as percepções dos adultos. Falo dos pedreiros, carpinteiros, auxiliares de acção educativa, etc. Quando entram para os centros, estas pessoas dizem que não sabem nada, nem sabem fazer coisa nenhuma, porque implicitamente estão à espera de entrar numa espécie de escola que valoriza e legitima um conjunto de saberes desarticulados e sem correspondência com a sua realidade social e cultural. Um mecânico dirá que nada entende de Matemática, tal como um alfaiate ou uma costureira. O trabalho das pessoas dos centros é fazer com que o mecânico ou o ladrilhador reconheça a matemática para a vida que todos os dias põe em acção; é fazer com que as pessoas valorizem as experiências comunitárias que têm, ou a sua participação em associações cívicas como um valor fundamental para a vida social e para a participação dos cidadãos na vida colectiva. Este processo de conscientização (recorro de novo a conceitos Freirianos) é potencialmente capaz de operar mudanças surpreendentes nos adultos. E quando

se materializa esta descoberta do que se é, abrem-se as portas à reinvenção de quem se pode ser.

O próximo tópico, na continuidade do anterior, é portanto o seguinte: muitos adultos saem dos centros com uma noção totalmente diferente acerca da operacionalização dos saberes, acerca da importância das competências no sentido do saber fazer, e com uma vontade consequente de ir mais além. Trata-se de adultos que, sendo certificados com o 9º ano de escolaridade, querem continuar a estudar; que decidem continuar a sua formação com outros tipos de ofertas formativas, que lhes aumentem as competências ou melhorem a sua empregabilidade. São, em síntese, adultos que se encontram agora capazes de fazer muito mais pela sua própria vida, abrindo portas que podem melhorar o exercício da sua cidadania.

Finalmente, resta-me reconhecer que nem todas as vidas produzem contextos que possibilitem a apropriação de determinadas competências. Quando isto acontece, os adultos têm oportunidade de pensar, alguns pela primeira vez, na importância de temas fundamentais para a nossa cidadania. Adultos que pela primeira vez são forçados a pensar em problemas éticos, nas novas tecnologias de reprodução humana, na delicadeza de temas como os organismos geneticamente modificados, ou as consequências da industrialização para o equilíbrio ecológico do planeta, podem descobrir a importância social destes temas. Até mesmo nestas situações estaremos a educar adultos para uma melhor cidadania.

Termino este curto ensaio retomando algumas das preocupações inicialmente descritas. No momento em que escrevo, anuncia o governo a sua intenção de abrir 400 novos centros RVCC, já para 2006, nas escolas do nosso país. Espero ter mostrado com este ensaio que o processo RVCC não é um processo escolar, nem se rege pelas características, regras, normas e valores geralmente imputados à escola. As virtudes que tem vêm, precisamente, da sua raiz que cresce a partir de uma certa concepção da educação de adultos. Com esta medida, não tenho dúvidas de que o governo conseguirá reduzir o desemprego entre os professores. Não tenho dúvidas, também, de que o número de certificados, nesta nova linha de montagem, crescerá de forma rápida. Tenho receio – não creio que infundado – de que o processo RVCC seja completamente pervertido e escolarizado. Provavelmente tenho que começar já a desmentir o que escrevi anteriormente. Daqui por diante, será muito provável que num centro existam professores, aulas e exames, inquirições e métodos didáticos escolares, pessoas treinadas para educar crianças a transpor as metodologias que conhecem para adultos, que mais uma vez se terão que sentar no mesmo banco de escola que provocou a sua exclusão. É provável que as aproximações biográficas, de certa complexidade e a requerer treino específico, desapareçam. É também provável que se crie um sistema confuso: será possível

que venhamos a ter, no mesmo sistema, centros com filosofias completamente distintas? Os 84 que já existem, tentando desesperadamente funcionar com a filosofia, princípios e métodos de que aqui falei; e os novos 400, revertendo este paradigma para o mesmo de sempre? O futuro o dirá. E enquanto vamos pensando que este futuro é já amanhã, pensemos também que esta história é gasta e remete-nos para a nossa capacidade de analisar a nossa história recente. Alguns de nós passam o tempo a pedir ao Estado que intervenha mais na minguada educação dos adultos. Não seria mais sensato analisar, de forma séria, o que tem acontecido nos últimos trinta anos, de cada vez que o Estado cede a estes pedidos?